

Palocci: a bancada do PT falhou

RICARDO ALLAN

DA EQUIPE DO CORREIO

Poucas horas após o ataque do ex-presidente Fernando Henrique, o ministro Antonio Palocci aproveitou um seminário do Ministério da Fazenda, também comemorativo aos cinco anos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), para fazer um mea culpa. Ele se penitenciou pelo fato de o PT, na oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso, ter sido contrário à aprovação da lei no ano 2000. Ressaltando o papel do governo anterior na elaboração da lei, o minis-

tro tentou responder, de forma elegante, as críticas feitas pelo PSDB, que reclama do aumento dos gastos públicos na atual administração.

“Quero fazer uma autocrítica. No momento da aprovação da LRF, a bancada da qual eu fazia parte falhou. Naqueles idos de 2000, nós não demos apoio à lei. Isso foi uma falha, e eu me incluo nessa falha. Os registros devem ser feitos de forma honesta”, disse Palocci numa participação inesperada no seminário, presença calculada para retrucar os ataques feitos pela manhã, na comemoração tucana do

aniversário da lei.

Segundo o ministro, ao tomar posse em 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não só corrigiu o erro, como iniciou seu governo “com uma forte determinação de equilíbrio fiscal”. Palocci reiterou que o ajuste fiscal continua sendo uma das prioridades da política econômica e que tem o objetivo de contribuir para a criação de um ambiente propício para o crescimento econômico de longo prazo. O setor público tem uma meta de economia de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) por ano até 2008.

Ao mesmo tempo em que cumprimentou a equipe econômica do governo anterior pelos “esforços” que fez para a fixação dos parâmetros da responsabilidade fiscal, Palocci repetiu o contra-ataque que o PT vem fazendo às críticas do PSDB. “No primeiro mandato do governo anterior, houve uma fragilidade fiscal muito grande. E isso fez com que a dívida pública e a carga tributária crescessem. No segundo mandato, a preocupação com a responsabilidade fiscal aflorou, e o governo teve a felicidade de encaminhar ao Congresso a lei”, reconheceu.